



Bragança
Município



Um território para conquistar



Consolidação de Contas

2014

Índice

Relatório de Gestão	5
1. Introdução	7
2. Objetivo da Consolidação	8
3. Perímetro da Consolidação	9
4. Método de Consolidação	11
5. Breve Enquadramento Macroeconómico	12
6. Análise Económico Financeira da Atividade Consolidada	14
Balanço Consolidado	21
Demonstração Consolidada dos Resultados	25
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados	29
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	33
Certificação Legal das Contas Consolidadas	57
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas	62



Índice de quadros

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas	10
Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado	15
Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados	17
Quadro 4: Rácios	18
Quadro 5: Balanço Consolidado	23
Quadro 6: Demonstração Consolidada dos Resultados	27
Quadro 7: Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	31
Quadro 8: Trabalhadores ao Serviço por Categoria	37
Quadro 9: Balanço Consolidado do ano 2013	41
Quadro 10: Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado	43
Quadro 11: Endividamento de Curto Prazo Consolidado	44
Quadro 12: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2018	44
Quadro 13: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	45
Quadro 14: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Terra Fria Carnes, Lda.	45
Quadro 15: Mapa do Ativo Bruto Consolidado	49
Quadro 16: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado	50
Quadro 17: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público ..	51
Quadro 18: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços	51
Quadro 19: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	52
Quadro 20: Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada	53
Quadro 21: Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada	53
Quadro 22: Mapa da Provisões Consolidado	54
Quadro 23: Mapa da Dívida Bruta Consolidada	55

Relatório de Gestão
2014

[Handwritten signatures and initials]

1. Introdução

A crescente transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais faz com que as mesmas se confrontem com a necessidade de fazer escolhas estratégicas e organizativas importantes de modo a assegurarem a provisão dos bens e serviços públicos. Esta utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, origina uma necessidade de divulgação de mais e diferente tipo de informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal.

É evidente que a visão global da situação financeira do grupo municipal, só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

As perceções divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) revoga a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e contém mudanças legislativas relevantes, em particular no que respeita à prestação de contas consolidadas. Estabelece o seu artigo 75.º que, para além das contas individuais, os municípios são obrigados a apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir



políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações.

2. Objetivo da Consolidação

A necessidade de implementação integral da Lei do Enquadramento Orçamental e do "Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica" determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas numa base de caixa para todo o perímetro do Estado, incitando que este fosse progressivamente alargado por forma a incluir o Setor Empresarial do Estado e as Parcerias Público Privadas reclassificadas no âmbito da Administração Pública e da Administração Local e Regional.

A consolidação de contas surge, assim, da necessidade de melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, com o objetivo de elaborar as

demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma só se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. Perímetro da Consolidação

Entende-se por perímetro de consolidação a definição do conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, consequentemente, para a consolidação de contas.

Como foi referido anteriormente, a obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual RFALEI. Assim, no exercício de 2014 e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar: por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através verificação dos pressupostos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI; por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, que se incluem sempre, independentemente da percentagem de participação.

O conceito de entidades públicas reclassificadas no termos da RFALEI, abrange as entidades com natureza, forma e designação de empresa pública, fundação ou associação públicas, que tenham sido incluídas no subsector administração local das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional que podem, verificando-se determinados pressupostos, integrar os perímetros da administração local, em termos de contabilidade nacional e o perímetro

de consolidação dos grupos municipais.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo Município.

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas

Grupo Municipal - Município de Bragança

ANO: 2014

Entidades	Tipo de entidade	Participação detida		Perímetro de consolidação						Método de consolidação utilizado
		%	Valor	Incluída	Excluída	Disposição legal				
						Art.	n.º	Art.º	Alto legislativo	
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Participada	3,82	1.070.867		X					
Laboratório Regional de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Participada	4,55	3.741		X					
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	Empresa Local	0,77	24.940	X		-	6	75.º	RFALEI	Equivalência Patrimonial
Terra Fria Carnes, Lda.	Empresa Local	100	635.000	X		b)	4	75.º	RFALEI	Consolidação Integral
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	Associativa	n.a.			X					
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	Associativa Municipal	n.a.			X					
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associativa Municipal	n.a.			X					
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação para o Desenvolvimento do Bragança EcoPark	Associativa	66,27	1.000.000	X		c)-i)	4	75.º	RFALEI	Consolidação Integral
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Comunidade Intermunicipal	10,62	42.327		X					
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	Associativa	n.a.			X					
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associativa Municipal	n.a.			X					
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.F.	Associativa	n.a.			X					
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	Associativa	n.a.	10.000		X					
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	Associativa	4 UP	2.000		X					
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	Associativa	n.a.			X					
Fundação "Os Nossos Livros"	Fundação	n.a.			X					
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Fundação	n.a.			X					

n.a. - não aplicável

Valores em euros

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

A entidade contabilística consolidante é o Município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, a pela Terra Fria Carnes, Lda., a

Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark¹ e a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

4. Método de Consolidação

O RFALEI refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

Assim sendo deverão ser aplicados, conforme o tipo de entidades participadas, os seguintes métodos de consolidação: **método da simples agregação**, utilizado quando na ausência de participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante; **método de consolidação integral**, que se aplica quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada; e o **método de equivalência patrimonial**, quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer um dos métodos referidos anteriormente.

No caso da consolidação do grupo municipal do Município de Bragança utilizar-se-á o método de consolidação integral para a Terra Fria Carnes, Lda. e para Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark na qual o Município detém a totalidade do capital e uma participação de 66,27%, respetivamente. No caso da empresa municipal, Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.,

¹Incluída pelo INE, nas Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas - 2011 e classificada no Setor da Administração Regional e Local, Administração Local, Serviços Autónomos da Administração Local.



entidade associada controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o da equivalência patrimonial, considerando que a portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional.

Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. O método de equivalência patrimonial consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

5. Breve Enquadramento Macroeconómico

O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que foi acordado, em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, a União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que foi dado por terminado em maio de 2014, referiu como necessidade premente a correção de desequilíbrios macroeconómicos o que condicionou fortemente a economia portuguesa. Destinado a restabelecer a confiança dos mercados financeiros internacionais e promover a competitividade e o crescimento económico sustentável, o PAEF assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa.

A correção dos desequilíbrios envolveu a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, que determinou uma forte contração da procura interna.

Após os fortes constrangimentos, a economia portuguesa mostrou sinais modestos de recuperação em 2014.

O PIB aumentou 0,9% (-1,6% em 2013), sendo a primeira variação positiva registada desde 2010, suportada por uma aceleração da procura interna. Sustentado por uma melhoria da confiança dos consumidores, o consumo privado registou um aumento de 2,1% em 2014, mais 3,6 p.p. do que em 2013, com os bens duradouros e não duradouros a apresentarem um contributo de 1 p.p. cada (0,1 p.p. e -1,6 p.p. respetivamente em 2013).

A inflação (Índice de preços no consumidor) foi negativa em 0,28%. De um modo geral, a UE enfrenta riscos crescentes de deflação, trazendo novos desafios aos governos e empresas.

A taxa de desemprego do quarto trimestre de 2014 situou-se nos 13,5%, levando a que a média anual se situasse nos 13,9%, 2,3 p.p. abaixo do valor de 2013. No mesmo período, o Emprego cresceu 0,5%, uma desaceleração face aos 2,1% do trimestre precedente. Em termos anuais, o emprego cresceu 1,6%.

A execução orçamental consolidada da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por uma diminuição da receita total em 1,3%, em consequência da redução das transferências de capital da UE e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais. Em sentido oposto, é de referir o aumento da receita fiscal (9,9%) e, uma diminuição da despesa em 7,7%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da aquisição de bens de capital (-28,9%), da aquisição de bens e serviços (-1,3%), das transferências de capital (-21,1%) e da despesa com pessoal (-0,3%).



6. Análise Económico Financeira da Atividade Consolidada

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o balanço consolidado e demonstração de resultados consolidada, o mapa de fluxos de caixa consolidado, documentos contabilísticos de base.

O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração de resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresentam-se seguidamente uma síntese dos balanços consolidados relativos ao exercício de 2013 e 2014.

Convém referir, neste ponto, que a alteração do perímetro de consolidação face ao ano anterior, pela inclusão da entidade Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, resultante da aplicação do quadro legal vigente, traduz-se na prestação nos anexos das demonstrações financeiras consolidadas de informação suficiente para permitir perceber as principais diferenças ocorridas e a materialidade das demonstrações financeiras da nova entidade, pelo que, não foi considerada na



presente análise.

Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

	2014		2013	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura
ATIVO				
Ativo Fixo				
Bens de domínio público	107.793.574,60	47,04%	110.019.195,74	51,88%
Imobilizações incorpóreas	262.542,80	0,11%	254.847,38	0,12%
Imobilizações corpóreas	101.253.562,33	44,19%	93.336.227,20	44,01%
Investimentos financeiros	2.950.490,66	1,29%	2.682.396,81	1,26%
Total (Ativo Fixo)	212.260.170,39	92,63%	206.292.667,13	97,27%
Ativo Circulante				
Existências	278.363,57	0,12%	485.659,52	0,23%
Dívidas de terceiros	2.961.620,91	1,29%	1.889.133,44	0,89%
Títulos negociáveis	997,60	0,00%	1.997,60	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	6.459.529,00	2,82%	2.134.271,89	1,01%
Total (Ativo Circulante)	9.700.511,08	4,23%	4.511.062,45	2,13%
Acréscimos e Diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	7.136.709,44	3,11%	1.218.027,45	0,57%
Custos diferidos	43.377,11	0,02%	51.737,29	0,02%
TOTAL (ATIVO)	229.140.768,02	100,00%	212.073.494,32	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	97.921.730,02	42,73%	95.788.612,15	45,17%
Reservas	2.425.619,76	1,06%	2.315.972,35	1,09%
Doações	14.803.409,47	6,46%	14.803.409,47	6,98%
Diferenças de consolidação	0,00	0,00%	10.972,18	0,01%
Resultados transitados	17.101.070,10	7,46%	10.028.161,19	4,73%
Resultados líquido do exercício	2.466.220,75	1,08%	2.347.014,01	1,11%
Interesses minoritários	483.103,29	0,21%	0,00	-
Total (Fundos Próprios)	135.201.153,39	59,00%	125.294.141,35	59,08%
Passivo				
Provisões para riscos e encargos	12.604.263,70	5,50%	9.714.178,46	4,58%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	6.893.686,86	3,01%	7.499.662,48	3,54%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	4.366.132,72	1,91%	5.289.463,71	2,49%
Acréscimos e diferimentos		0,00%		0,00%
Acréscimos de custos	1.230.749,62	0,54%	939.528,68	0,44%
Proveitos diferidos	68.844.781,73	30,04%	63.336.519,64	29,87%
TOTAL (Passivo)	93.939.614,63	41,00%	86.779.352,97	40,92%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	229.140.768,02	100,00%	212.073.494,32	100,00%

Valores em euros

Através da análise do quadro e para o ano de 2014, podemos referir que ao nível do ativo líquido, com o valor de 229.140.768,02 euros, o agregado que apresenta maior peso relativo é o ativo fixo, com uma representatividade de 92,63%, em termos absolutos de 212.260.170,39 euros. Na estrutura dos fundos próprios destaca-se o valor do património, representando 42,73% dos fundos próprios e passivo.



Ao nível do passivo, que representa 41% dos fundos próprios e passivo, a rubrica de dívidas a terceiros (médio e longo prazos e curto prazo) representam 11,99% do mesmo.

A evolução patrimonial no período 2013-2014 permite-nos concluir que o balanço consolidado sofre um incremento global em valor absoluto de 17.067.273,70 euros, ou seja, 8,05% repartida pelas seguintes rubricas:

ATIVO FIXO – Representando 92,63% do ativo líquido, apresenta um acréscimo em valores absolutos de 5.967.503,26 euros, ou seja, de 2,89%. A rubrica com o aumento mais acentuada foi a de *imobilizações corpóreas* (que representam 44,19%) com 7.919.335,13 euros;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta um aumento de 5.189.448,63 euros, em relação ao ano anterior. São as *disponibilidades* que mais contribuíram para esta variação;

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acrécimos de proveitos* com um acréscimo de 5.918.681,99 euros, relativamente ao ano anterior, e os *custos diferidos* que refletem uma diminuição na sua variação de 8.360,18 euros;

FUNDOS PRÓPRIOS – Os fundos próprios registaram um acréscimo de 7,91%, ou seja, 9.907.012,04 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento dos *resultados transitados* e *património* que contribuíram positivamente com 7.072.908,91 euros e 2.133.117,87 euros, respetivamente;

PASSIVO – Tendo sofrido um acréscimo de 8,25%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2014 foram aumentadas as provisões para riscos e encargos no valor de 2.890.085,24 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam, relativamente a 2013, uma redução de 1.529.306,61 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram 5.508.262,09 euros e representam globalmente 30,04% do passivo.

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2014, apresenta custos totais no valor de 28.713.177,19 euros, sendo os proveitos no valor de 31.169.783,49,06 euros, o resultado líquido ascende a 2.456.606,30 euros. Este resultado regista, comparativamente a 2013, um aumento de 4,67%, e em valor absoluto 109.592,29 euros. Salientamos que o resultado líquido do período que surge no balanço não é coincidente com o evidenciado no final da demonstração de resultados em virtude da quota-parte associada aos interesses minoritários ser considerada em linha autónoma do balanço. Deste modo, O resultado líquido que surge no balanço corresponde ao valor atribuível ao grupo público.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 37,32%, custos com pessoal 23,36% e amortizações 19,90%.

Ao nível dos proveitos, igualmente por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 45,56%, impostos e taxas 22,02% e prestação de serviços 11,84%.

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados		
Saldo da gerência anterior (2013)		2.936.510,21
Execução orçamental	1.605.695,39	
Operações de tesouraria	1.330.814,82	
Receita cobrada na gerência		34.697.613,15
Receitas orçamentais	33.108.112,81	
Operações de tesouraria	1.589.500,34	
Pagamentos efetuados na gerência		31.173.596,76
Despesas orçamentais	29.529.669,79	
Operações de tesouraria	1.643.926,97	
Saldo para a gerência seguinte (2015)		6.460.526,60
Execução orçamental	5.184.138,41	
Operações de tesouraria	1.276.388,19	

Valores em euros

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior), 1.605.695,39 euros, tiveram origem na execução orçamental de 2013. Ao longo do exercício de 2014, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 33.108.112,81 euros e os pagamentos totalizaram 29.529.669,79 euros, transitando para o ano de 2015 um saldo de execução orçamental no valor total de 5.184.138,41 euros

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira consolidada, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação consolidada constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Quadro 4: Rácios

Rácios	2013	2014
Liquidez Geral*	92,81%	301,61%
Liquidez Reduzida*	84,98%	296,62%
Liquidez Imediata*	34,30%	115,43%
Prazo de Segurança de Liquidez	21,13%	62,92%
Endividamento	40,92%	41,00%
Estrutura do Endividamento*	7,18%	5,96%
Autonomia Financeira	59,08%	59,00%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	64,37%	66,81%
Rendibilidade do Capital Próprio	1,87%	1,82%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.



- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que é utilizado o capital alheio para financiar a do grupo.
- **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira face aos respetivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.



Balanço Consolidado

2014

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 5: Balanço Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

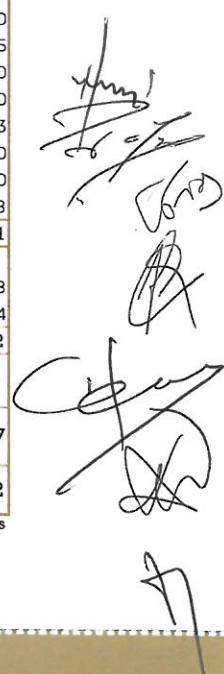
Código das contas do POAL	Ativo	2014			Balanço Consolidado 2013
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.251.877,92	0,00	5.251.877,92	5.137.258,58
452	Edifícios	468.261,67	109.366,39	358.895,28	363.832,54
453	Outras construções e infra-estruturas	132.638.313,83	38.365.507,06	94.272.806,77	96.031.945,73
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.348.488,71	232.291,51	1.116.197,20	1.128.260,00
459	Outros bens de domínio público	142.108,48	142.108,48	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	6.793.797,43	0,00	6.793.797,43	7.357.898,89
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		146.642.848,04	38.849.273,44	107.793.574,60	110.019.195,74
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.919.773,10	1.806.733,06	113.040,04	156.381,60
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	225.218,76	215.325,48	9.893,28	8.389,63
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	139.609,48	0,00	139.609,48	90.076,15
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.284.601,34	2.022.058,54	262.542,80	254.847,38
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	18.293.289,34	0,00	18.293.289,34	18.136.888,01
422	Edifícios e outras construções	77.321.121,46	10.155.187,76	67.165.933,70	57.178.955,77
423	Equipamento básico	5.307.924,88	4.618.151,06	689.773,82	955.038,56
424	Equipamento de transporte	4.320.353,24	3.682.985,15	637.368,09	806.634,64
425	Ferramentas e utensílios	1.156.989,40	971.459,04	185.530,36	190.683,11
426	Equipamento administrativo	2.541.151,12	2.181.693,65	359.457,47	418.206,09
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	148.480,52	135.971,29	12.509,23	13.842,00
442	Imobilizações em curso	13.909.700,32	0,00	13.909.700,32	15.635.979,02
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		122.999.010,28	21.745.447,95	101.253.562,33	93.336.227,20
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.132.764,18	414.980,88	717.783,30	1.953.874,70
412	Obrigações e títulos de participação	1.506.185,25	0,00	1.506.185,25	0,00
414	Investimentos em imóveis	726.522,11	0,00	726.522,11	726.522,11
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	2.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		3.365.471,54	414.980,88	2.950.490,66	2.682.396,81
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	278.363,57	0,00	278.363,57	485.659,52
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		278.363,57	0,00	278.363,57	485.659,52
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	45.996,77	0,00	45.996,77	86.332,58
212	Contribuintes c/c	92.143,23	0,00	92.143,23	0,00
213	Utentes c/c	558.743,30	0,00	558.743,30	509.742,12
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	575.798,22	436.814,13	138.984,09	41.285,85
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	407.432,18	0,00	407.432,18	14.842,09
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1.718.321,34	0,00	1.718.321,34	1.236.930,80
		3.398.435,04	436.814,13	2.961.620,91	1.889.133,44
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	997,60	0,00	997,60	1.997,60
		997,60	0,00	997,60	1.997,60
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	6.444.101,90	0,00	6.444.101,90	2.126.042,88
11	Caixa	15.427,10	0,00	15.427,10	8.229,01
		6.459.529,00	0,00	6.459.529,00	2.134.271,89
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	7.136.709,44	0,00	7.136.709,44	1.218.027,45
272	Custos diferidos	43.377,11	0,00	43.377,11	51.737,29
		7.180.086,55	0,00	7.180.086,55	1.269.764,74
	Total de amortizações		271.926.459,66		
	Total de provisões/ajustamentos		7.042.270,15		
	Total do activo	292.809.342,96	63.468.574,94	229.140.768,02	212.073.494,32

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Código das contas do POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2014	2013
	Fundos próprios:		
51	Património/capital	97.921.730,02	95.788.612,15
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	128.598,53	128.598,53
	Reservas:		
571	Reservas legais	2.297.021,23	2.187.373,82
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Outras Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	14.803.409,47	14.803.409,47
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
578+579	Outras reservas		
	Diferenças de consolidação	0,00	10.972,18
59	Resultados transitados	17.101.070,10	10.028.161,19
		132.251.829,35	122.947.127,34
88	Resultado líquido em exercício	2.466.220,75	2.347.014,01
	Total dos fundos próprios/capital próprio atribuível ao grupo	134.718.050,10	125.294.141,35
	Interesses minoritários	483.103,29	
	Total dos fundos próprios/capital próprio	135.201.153,39	125.294.141,35
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	12.604.263,70	9.714.178,46
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5.493.889,26	7.322.701,46
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	108.781,35	176.961,02
262+263+267+268	Outros credores	1.291.016,25	0,00
		6.893.686,86	7.499.662,48
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	1.033.530,75	140.574,11
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	474.747,95	495.853,66
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	662.471,33	2.690.855,78
252	Credores pela execução do orçamento		0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13.103,28	0,00
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	587.290,48	494.374,95
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias		0,00
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia		0,00
24	Estado e outros entes públicos	215.436,35	207.922,93
264	Administração autárquica	0,00	8.980,00
262+263+265+267+268	Outros credores	262.910,52	33.353,30
217	Credores de cauções	1.116.642,06	1.217.548,98
		4.366.132,72	5.289.463,71
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	1.230.749,62	939.528,68
274	Proveitos diferidos	68.844.781,73	63.336.519,64
		70.075.531,35	64.276.048,32
	Total do passivo	93.939.614,63	86.779.352,97
	Total dos fundos próprios e do passivo	229.140.768,02	212.073.494,32

Valores em euros



Demonstração Consolidada dos Resultados
2014

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 6: Demonstração Consolidada dos Resultados

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Código das Contas de POCAL		DR Consolidada 2014	DR Consolidada 2013
61	Custos e perdas		
62	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	932.132,23	650.238,49
	Fornecimentos e serviços externos:	10.715.258,63	10.890.334,40
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	5.071.001,67	5.226.776,36
643 a 648	Encargos sociais	1.635.645,85	1.512.313,57
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	951.413,80	912.946,43
66	Amortizações do exercício	5.714.252,86	5.689.147,19
67	Provisões do exercício	1.321.442,07	104.277,49
65	Outros custos operacionais	45.611,03	77.293,09
	(A)	26.386.758,14	25.063.327,02
68	Custos e perdas financeiros	192.077,19	226.297,75
	(C)	26.578.835,33	25.289.624,77
69	Custos e perdas extraordinários	2.134.341,86	3.279.329,28
	(E)	28.713.177,19	28.568.954,05
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	28.713.177,19	28.568.954,05
88	Resultado líquido do exercício	2.456.606,30	2.347.014,01
	Atribuível ao Grupo público	2.466.220,75	2.347.014,01
	Atribuível a interesses não controlados pelo Grupo	-9.614,45	0,00
	(X)	31.169.783,49	30.915.968,06
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
711	Venda de mercadorias	105.789,62	112.204,47
7112+7113	Venda de produtos	2.361.742,92	2.292.781,44
712	Prestações de serviços	3.379.332,57	3.541.187,64
72	Impostos e taxas	6.863.638,59	6.807.296,10
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	24.064,84	27.816,53
74	Transferências e subsídios obtidos/subsídios à exploração	14.201.649,00	14.218.030,77
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		4.730,54
	(B)	26.936.217,54	27.004.047,49
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.842.933,22	1.863.006,26
	(D)	28.779.150,76	28.867.053,75
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.390.632,73	2.048.914,31
	(F)	31.169.783,49	30.915.968,06
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	549.459,40	1.940.720,47
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1.650.856,03	1.636.708,51
	Resultados Correntes: (D - C)	2.200.315,43	3.577.428,98
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	2.456.606,30	2.347.014,01

Valores em euros

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados

2014

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 7: Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

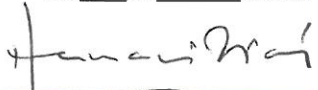
ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo gerência anterior	2.936.510,21	Despesas orçamentais	29.529.669,79
Execução Orçamental	1.605.695,39	Correntes	20.104.906,10
Operações de Tesouraria	1.330.814,82	Capital	9.424.763,69
Receitas orçamentais	33.108.112,81	Operações de tesouraria	1.643.926,97
Correntes	27.644.514,58	Saldo para a gerência seguinte	6.460.526,60
Capital	5.348.156,26	Execução orçamental	5.184.138,41
Outras	115.441,97	Operações de tesouraria	1.276.388,19
Operações de Tesouraria	1.589.500,34		
Total	37.634.123,36	Total	37.634.123,36

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2015



Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2015




Anexos às Demonstrações Financeiras
Consolidadas
2014

[Handwritten signatures and initials]

De harmonia com o preceituado no RFALEI, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Igualmente é referido que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo, remetendo assim para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido pelo SATAPOCAL o modelo de estrutura do anexo. Considerando que o modelo de estrutura foi adaptado para um perímetro de consolidação cujas entidades fossem detidas a 100%, sempre que se considerar que as mesmas não se encontram ajustadas ao atual perímetro será efetuada a respetiva referência.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou a situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

A entidade consolidante é o Município de Bragança. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos



interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013.

As entidades que são incluídas no perímetro de consolidação do Município, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, são as seguintes:

A Terra Fria Carnes, Lda., tem por objeto o abate de animais – matadouro e comercialização de carnes, com sede no Lote 213, Zona Industrial das Cantarias, Bragança. De referir que em 22 de fevereiro de 2013 foi aprovado, em deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal realizada no dia 28 de janeiro de 2013, a dissolução, liquidação e internalização das atividades da empresa.

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção, lançamento e gestão do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia e visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior. Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como associados fundadores o Município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, o Município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

A Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., tem como missão a produção de fotografia aérea, cadastro, cartografia, ortofotomapas, cadastro de infraestruturas, formação, sistemas de informação geográfica, geolocalização de viaturas, operar com tecnologia LiDAR, laser terrestre, videogrametria e desenvolvimento de aplicações. Tem a sua sede no Taguspark, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II n.º 11 – 3.º B, Porto Salvo, Oeiras.

As restantes entidades incluídas no quadro n.º 1 são excluídas do perímetro de consolidação, por não se enquadrarem no disposto no RFALEI.

Quadro 8: Trabalhadores ao Serviço por Categoria

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Categoria	N.º de Trabalhadores				Total
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Bragança EcoPark	Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Terra Fria Carnes, Lda.	
Executivo/Administrador	4				4
Dirigente	10				10
Técnico superior	40				40
Assistente técnico	78				78
Assistente operacional	209			3	212
Informática	4				4
Outros	11				11
TOTAL	356	0	0	3	359

Nota: não foi preenchido o n.º de trabalhadores da entidade Município

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o Município de Bragança o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema, ou seja, o utilizado pela entidade consolidante (POCAL).

O Município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a referida homogeneização valorativa, nomeadamente no âmbito das amortizações. Consideramos no entanto que tal facto não compromete a imagem verdadeira e apropriada das contas consolidadas.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Como já foi referido, e consta do quadro n.º 1, foi utilizado o método de consolidação integral e equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 «Investimentos em subsidiárias e consolidação», consistindo o mesmo na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

O método de equivalência patrimonial consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2014, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação acerca do grupo como se de uma única entidade se tratasse, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente às seguintes eliminações recíprocas:



Créditos e débitos – Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos, entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;

Custos e proveitos – Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados, os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

3. a) e b)

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	Município de Bragança	Terra Fria Carnes, Lda.	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Ecopark	Investimentos financeiros a eliminar
Investimentos financeiros	1.635.000,00			
Património		635.000,00	1.509.000,00	2.144.000,00
Investimentos financeiros a eliminar (interesses minoritários)				-509.000,00

Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial com a Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

	Município de Bragança
Investimentos financeiros - valor contabilístico	24.939,80
Investimentos financeiros - valor aplicando o MEP	3.829,29
Participação nos resultados anos anteriores (Resultados Transitados /Balanço)	-21.110,51
Ganhos na participada (DR)	282,68

Eliminação das operações recíprocas

1. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de Saldos

	Provisões para investimentos financeiros	Ajustamentos de partes de capital em empresas
Camara Municipal Bragança	635.000,00	
Património		635.000,00

	12- Depósitos em instituições financeiras	21.1 - Clientes
Município de Bragança		-513,93
Terra Fria Carnes, Lda.	513,93	

	63 - Transferências correntes	59 - Resultados transitados
Município de Bragança	-33.000,00	
Terra Fria Carnes, Lda.		33.000,00

2. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal - anulação de transações

	62 - Fornecimentos e serviços externos	71.1 - Vendas de produtos
Município de Bragança		7.622,88
Terra Fria Carnes, Lda.	-7.622,88	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		

3 f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Por questões de comparabilidade e resultante da alteração do perímetro de consolidação, reexpressamos o balanço consolidado do exercício de 2013 com a nova entidade Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark.

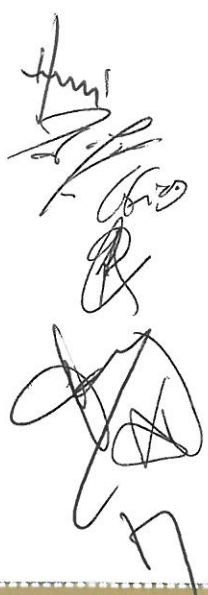


Quadro 9: Balanço Consolidado do ano 2013

Código das contas do POCAL	Ativo	Balanço Consolidado AL	Balanço Consolidado 2013 Com Brigantia Ecopark
	Imobilizado:		
	Bens de domínio público		
451	Terrenos e recursos naturais	5.137.258,58	5.137.258,58
452	Edifícios	363.832,54	363.832,54
453	Outras construções e infra-estruturas	96.031.945,73	96.031.945,73
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.128.260,00	1.128.260,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	7.357.898,89	7.357.898,89
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00
		110.019.195,74	110.019.195,74
	Imobilizações incorpóreas		
431	Despesas de instalação	156.381,60	156.381,60
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	8.389,63	8.389,63
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	90.076,15	90.076,15
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
		254.847,38	254.847,38
	Imobilizações corpóreas		
421	Terrenos e recursos naturais	18.136.888,01	18.136.888,01
422	Edifícios e outras construções	57.178.955,77	57.178.955,77
423	Equipamento básico	955.038,56	955.038,56
424	Equipamento de transporte	806.634,64	806.634,64
425	Ferramentas e utensílios	190.683,11	190.683,11
426	Equipamento administrativo	418.206,09	418.206,09
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	13.842,00	13.842,00
442	Imobilizações em curso	15.635.979,02	20.208.841,29
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
		93.336.227,20	97.909.089,47
	Investimentos financeiros		
411	Partes de capital	1.953.874,70	1.153.874,70
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	726.522,11	726.522,11
415	Outras aplicações financeiras	2.000,00	2.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00
		2.682.396,81	1.882.396,81
	Circulante:		
	Existências:		
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	485.659,52	485.659,52
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
		485.659,52	485.659,52
282	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)		
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00
		0,00	0,00
281	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00
211	Clientes c/c	86.332,58	86.332,58
212	Contribuintes c/c	0,00	0,00
213	Utentes c/c	509.742,12	509.742,12
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	41.285,85	41.285,85
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	14.842,09	14.842,09
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1.236.930,80	1.236.930,80
		1.889.133,44	1.889.133,44
	Títulos negociáveis:		
151	Ações	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	1.997,60	1.997,60
		1.997,60	1.997,60
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:		
12	Depósitos em instituições financeiras	2.126.042,88	2.950.618,75
11	Caixa	8.229,01	8.273,13
		2.134.271,89	2.958.891,88
	Acréscimos e diferimentos:		
271	Acréscimos de proveitos	1.218.027,45	1.218.027,45
272	Custos diferidos	51.737,29	51.737,29
		1.269.764,74	1.269.764,74
	Total de amortizações		
	Total de provisões		
	Total do activo	212.073.494,32	216.670.976,58

Código das contas do POCAL	Código das contas do SNC	Fundos Próprio e Passivo	Balanco Consolidado 2013	Balanco Consolidado 2013 Com Brigantia Ecopark
		Fundos próprios:		
51	51	Património	95.788.612,15	95.788.612,15
55		Ajustamento de partes de capital em empresa	0,00	0,00
56		Reservas de reavaliação	128.598,53	128.598,53
		Reservas:		
571	551	Reservas legais	2.187.373,82	2.187.373,82
572	552	Reservas estatutárias		
573		Reservas contratuais		
574	552	Reservas livres		
575	593	Subsídios		
576	594	Doações	14.803.409,47	14.803.409,47
577		Reservas decorrentes de transferências de act		
		Outras Variações no Capital Próprio		
		Diferenças de consolidação	10.972,18	10.972,18
59	56	Resultados transitados	10.028.161,19	10.005.645,17
88		Resultado líquido em exercício	2.347.014,01	2.337.588,93
		Total fundos próprios do grupo	125.294.141,35	125.262.200,25
		Interesses Minoritários		392.670,11
		Total fundos próprios		125.654.870,36
		Passivo:		
292		Provisões para riscos e encargos	9.714.178,46	9.714.178,46
2312		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
		Empréstimos de Médio e Longo Prazo		
		Componente a pagar médio e longo prazo	6.463.850,31	6.463.850,31
2611	2513	Fornecedores de imobilizado c/c	176.961,02	176.961,02
268		Outros credores	0,00	0,00
			6.640.811,33	6.640.811,33
		Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311		Empréstimos de curto prazo	140.574,11	140.574,11
2312		Empréstimos de Médio e Longo Prazo	0,00	0,00
		Componente a pagar curto prazo	858.851,15	858.851,15
269		Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215		Fornecedores c/c	495.853,66	495.853,66
2213		Fornecedores - Cauções e Garantias	0,00	0,00
228		Fornecedores - Facturas em recepção e confer	2.690.855,78	2.690.855,78
252		Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219		Adiantamentos de clientes, contribuintes e ute	0,00	0,00
2611+2614		Fornecedores de imobilizado c/c	494.374,95	513.372,93
2612		Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garant	0,00	0,00
2613		Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	0,00	0,00
24	26	Estado e outros entes públicos	207.922,93	207.922,93
264		Administração autárquica	8.980,00	8.980,00
262+263+265+267+268		Outros credores	33.353,30	33.353,30
217		Clientes e Utentes com Cauções	1.217.548,98	1.217.548,98
			6.148.314,86	6.167.312,84
		Acréscimos e Diferimentos:		
273		Acréscimos de Custos	939.528,68	939.528,68
274		Proveitos diferidos	63.336.519,64	67.554.274,91
			64.276.048,32	68.493.803,59
		Total do passivo	86.779.352,97	91.016.106,22
			212.073.494,32	216.670.976,58

Valores em euros



4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira, neste ponto, exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, a informação das dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazo:

Quadro 10: Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo b)				Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Bragançã EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.	Total		
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.1.2 Empréstimos de médio e longo prazo						
Banco Bilbao Vizcaya	810.305,82			810.305,82		810.305,82
Banco Bilbao Vizcaya	1.083.333,30			1.083.333,30		1.083.333,30
Banco Bilbao Vizcaya	1.124.999,97			1.124.999,97		1.124.999,97
Novo Banco	49.856,09			49.856,09		49.856,09
Novo Banco	95.426,19			95.426,19		95.426,19
Banco Português Investimento	36.948,01			36.948,01		36.948,01
Caixa Geral Depósitos	236.232,14			236.232,14		236.232,14
Caixa Geral Depósitos	415.954,75			415.954,75		415.954,75
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	558.560,55		201.826,84	760.387,39		760.387,39
Inst. F. Desenv. Regional I.P.	411.496,68			411.496,68		411.496,68
Banco Popular Portugal, S.A.	468.948,92			468.948,92		468.948,92
26.1.1 Fornecedores de imobilizado c/c	108.781,35			108.781,35		108.781,35
TOTAL	5.400.843,77	0,00	201.826,84	5.602.670,61	0,00	5.602.670,61

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Valores em euros

4 b) - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo - exigibilidade de curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Quadro 11: Endividamento de Curto Prazo Consolidado

Código / designação das contas a)		Dívidas a terceiros - de curto prazo a)				Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
		Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.	Total		
1		2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.11	Empréstimos de curto prazo						
	Banco Bilbao Vizcaya	86.818,44			86.818,44		86.818,44
	Banco Bilbao Vizcaya	83.333,34			83.333,34		83.333,34
	Banco Bilbao Vizcaya	83.333,34			83.333,34		83.333,34
	Novo banco	49.856,11			49.856,11		49.856,11
	Novo banco	95.426,19			95.426,19		95.426,19
	Banco Português Investimento	36.948,00			36.948,00		36.948,00
	Caixa Geral Depósitos	99.216,84			99.216,84		99.216,84
	Caixa Geral Depósitos	277.554,00			277.554,00		277.554,00
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	32.411,51		11.039,51	43.451,02		43.451,02
	Inst. F. Desenv. Regional LP	27.946,19			27.946,19		27.946,19
	Banco Popular Portugal, S.A	149.647,28			149.647,28		149.647,28
26.11	Fornecedores de imobilizado				0,00		0,00
	Direção Geral do Património	68.179,67			68.179,67		68.179,67
TOTAL		1.090.670,91	0,00	11.039,51	1.101.710,42	0,00	1.101.710,42

a) embora a natureza das dívidas seja de médio e longo prazos, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo

Valores em euros

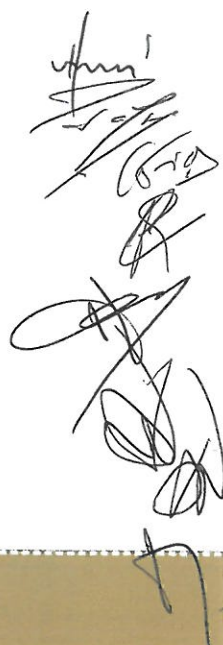
4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará, numa ótica previsional, as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2018:

Quadro 12: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2018

Código / designação das contas a)		Capital em Dívida em 31/12/2014				Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos			Total dos pagamentos previstos Grupo Público consolidado	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2018
		Município de Bragança	Associação para o Desenvolvi- mento do Brigantia EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.	Total Grupo Público consolidado	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvi- mento do Brigantia EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.		
1		2	3	4	5=1+2+3+4	6	7	8	9=6+7+8	10=5-9
Entidades financeiras	Banco Bilbao Vizcaya	897.124,26			897.124,26	347.273,76			347.273,76	549.850,50
	Banco Bilbao Vizcaya	1.166.666,64			1.166.666,64	333.333,36			333.333,36	833.333,28
	Banco Bilbao Vizcaya	1.208.333,31			1.208.333,31	333.333,36			333.333,36	874.999,95
	Banco Espírito Santo	99.712,20			99.712,20	99.712,20			99.712,20	0,00
	Banco Espírito Santo	190.852,38			190.852,38	190.852,38			190.852,38	0,00
	Banco Português Investimento	73.896,01			73.896,01	73.896,01			73.896,01	0,00
	Caixa Geral Depósitos	335.448,98			335.448,98	335.448,98			335.448,98	0,00
	Caixa Geral Depósitos	693.508,75			693.508,75	693.508,75			693.508,75	0,00
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	590.972,06		212.866,35	803.838,41	132.941,40		44.158,04	177.099,44	626.738,97
	Inst. F. Desenv. Regional LP	439.442,87			439.442,87	118.497,62			118.497,62	320.945,25
	Banco Popular Portugal, S.A	618.596,20			618.596,20	618.596,20			618.596,20	0,00
Forn. Imobilizado	Direção Geral do Património	176.961,02			176.961,02	176.961,02			176.961,02	0,00
TOTAL		6.491.514,68	0,00	212.866,35	6.704.381,03	3.454.355,04	0,00	44.158,04	3.498.513,08	3.205.867,95

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerado de curto prazo



5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas não se tendo verificado, no exercício de 2014, operações entre as entidades consolidadas.

Quadro 13: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2)+(4)-(5)	7	8	9	10	11=(7)+(8)-(9)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais					0,00					0,00
Participações do capital em numerário		200.000,00		200.000,00	0,00		200.000,00		200.000,00	0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00

Valores em euros

Quadro 14: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Terra Fria Carnes, Lda.

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Terra Fria Carnes, Lda.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2)+(4)-(5)	7	8	9	10	11=(7)+(8)-(9)
Transferências		33.000,00		33.000,00	0,00		33.000,00		33.000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais	641,65	7.622,88		7.750,60	513,93	641,65	7.622,88		7.750,60	513,93
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	641,65	40.622,88	0,00	40.750,60	513,93	641,65	40.622,88	0,00	40.750,60	513,93

Valores em euros

6 – Informações relativas a compromissos

6 a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0



relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Não figuram no balanço consolidado os encargos financeiros com juros de empréstimos a pagar em exercícios futuros. Com carácter previsional o município presume que no ano de 2015 os mesmos ascendam a 142.700,00 euros. No que concerne à empresa Terra Fria Carnes e considerando o valor pago em 2014, poderão em 2015 assumir a importância aproximada de 9.000,00 euros.

O município de bragança apresenta nas contas individuais o valor de 4.570.043,73 euros de compromissos assumidos para exercícios futuros, desagregados nos seguintes agrupamentos económicos:

01 - Despesas com o pessoal	90.606,63 euros
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.757.196,83 euros
04 - Transferências correntes	49.278,00 euros
07 - Aquisição de bens de capital	672.962,27 euros

7 - Informações relativas a políticas contabilísticas

O setor privado já utiliza o SNC - Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Como já foi referido, considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a totalidade da referida homogeneização valorativa. No entanto, podemos considerar que esta situação não terá um efeito relevante nas contas do grupo consolidado.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado: Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

Amortizações: O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Existências: São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros: As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões: O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o princípio da prudência, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são

contabilizadas as seguintes provisões:

Provisões para cobrança duvidosa - Quanto às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos, foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

Provisões para riscos e encargos, processos judiciais em curso - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso.

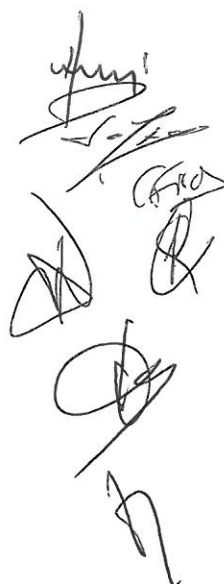
Provisões para investimentos financeiros - Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8 α) - As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento do exercício, perfazem o valor de 90.359,81€ e são relativas à aquisição de serviços para a elaboração de vários projetos de reabilitação urbana, revitalização sociocultural do centro histórico e estudo de viabilidade da expansão do aeródromo municipal de Bragança e do IP2 entre Bragança e a fronteira e Puebla de Sanábria, entre outros.



8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço consolidado, e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Quadro 15: Mapa do Ativo Bruto Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Rubricas	Saldo inicial grupo público	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final grupo público
Activo Bruto				
41 Investimentos financeiros:	2.682.396,80	1.506.185,25	-823.110,51	3.365.471,54
4111 Associações de municípios	854.326,89	0,00	-800.000,00	54.326,89
4112 Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113 Empresas privadas ou cooperativas	3.741,00	0,00	0,00	3.741,00
4114 Empresas publicas	1.095.806,80	0,00	-21.110,51	1.074.696,29
4122 Obrigações e titulos de participação - FAM		1.506.185,25	0,00	1.506.185,25
4141 Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	713.079,59	0,00	0,00	713.079,59
4142 Inv. Imóveis- Edifícios e outras construções	13.442,52	0,00	0,00	13.442,52
4153 Outras aplicações financeiras - Outros titulos	2.000,00	0,00	-2.000,00	0,00
42 Imobilizações corpóreas:	113.297.283,01	9.798.373,98	-96.646,71	122.999.010,28
421 Terrenos e recursos naturais	18.136.888,01	192.337,57	-35.936,24	18.293.289,34
422 Edifícios e outras construções	66.346.383,80	131.778,50	10.842.959,16	77.321.121,46
423 Equipamento básico	5.267.374,92	131.179,61	-90.629,65	5.307.924,88
424 Equipamento de transporte	4.297.628,99	22.724,25	0,00	4.320.353,24
425 Ferramentas e utensílios	1.090.461,53	15.622,41	50.905,46	1.156.989,40
426 Equipamento administrativo	2.365.666,11	137.806,82	37.678,19	2.541.151,12
429 Outras Imobilizações Corporeas	156.900,63	2.022,00	-10.442,11	148.480,52
442 Imobilizações em Curso	15.635.979,02	9.164.902,82	-10.891.181,52	13.909.700,32
43 Imobilizações incorpóreas:	2.194.241,53	90.359,81	0,00	2.284.601,34
431 Despesas de instalação	1.905.084,12	14.688,98	0,00	1.919.773,10
432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	199.081,26	26.137,50	0,00	225.218,76
443 Imobilizações em Curso	90.076,15	49.533,33	0,00	139.609,48
45 Bens de domínio público	144.843.149,57	1.742.696,86	57.001,61	146.642.848,04
451 Terrenos e recursos naturais	5.137.258,58	10.011,77	104.607,57	5.251.877,92
452 Edifícios	468.261,67	0,00	0,00	468.261,67
453 Outras construções	130.436.252,69	18.700,48	2.183.360,66	132.638.313,83
455 Bens do património histórico	1.340.221,57	8.267,14	0,00	1.348.488,71
459 Outros bens do dominio publico	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
445 Imobilizações em Curso	7.319.046,58	1.705.717,47	-2.230.966,62	6.793.797,43
TOTAL	263.017.070,91	13.137.615,90	-862.755,61	275.291.931,20

Valores em euros

Quadro 16: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Rubricas	Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Eliminação do saldo do MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Saldo Final Grupo Público
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	56.724.403,78	7.145.426,64	16.761,13	1.236.289,36	62.616.779,93
48.2 De Imobilizações Corpóreas	19.961.055,60	3.037.442,84	16.761,13	1.236.289,36	21.745.447,95
48.2.2 Edifícios e Outras Construções	9.167.428,03	2.102.094,47	3.813,37	1.110.521,37	10.155.187,76
48.2.3 Equipamento básico	4.312.336,15	388.780,07	11.618,20	71.346,96	4.618.151,06
48.2.4 Equipamento de transporte	3.490.994,35	191.990,80		0,00	3.682.985,15
48.2.5 Ferramentas e utensílios	899.778,42	71.680,62		0,00	971.459,04
48.2.6 Equipamento administrativo	1.947.460,02	257.709,81	1.261,72	22.214,46	2.181.693,65
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	143.058,63	25.187,07	67,84	32.206,57	135.971,29
48.3 De Imobilizações Incorpóreas	1.939.394,15	82.664,39	0,00	0,00	2.022.058,54
48.3.1 Despesas de instalação	1.748.702,52	58.030,54			1.806.733,06
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	190.691,63	24.633,85			215.325,48
48.5 Bens de Domínio Público	34.823.954,03	4.025.319,41	0,00	0,00	38.849.273,44
48.5.2 Edifícios	104.429,13	4.937,26			109.366,39
48.5.3 Outras construções	34.365.454,85	4.000.052,21			38.365.507,06
48.5.5 Bens do património histórico, artist. e cultural	211.961,57	20.329,94			232.291,51
48.5.9 Outros bens de domínio público	142.108,48	0,00			142.108,48
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	414.980,88	0,00	0,00	414.980,88
49.1 Partes de capital	0,00	414.980,88	0,00	0,00	414.980,88
TOTAL	56.724.403,78	7.560.407,52	16.761,13	1.236.289,36	63.031.760,81

Valores em euros

As *amortizações acumuladas do grupo público* apresentam no final do ano de 2014 e em termos absolutos 62.616.779,93 euros, resultante da incrementação ao saldo inicial, no valor de 56.724.403,78 euros de 7.145.426,64 euros de aumentos e 1.253.050,49 euros de diminuições. Os aumentos são provenientes de reforços do exercício no montante de 5.714.252,86 euros e 1.431.173,78 euros referentes a exercícios anteriores relevadas na conta «59 - Resultados transitados». No que respeita às regularizações (diminuições), no valor de 1.253.050,49 euros são provenientes de abates e pela eliminação do consolidado do saldo do MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM, incluído em 2014, depois da harmonização dos critérios valorimétricos no Município de Bragança.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público:

Quadro 17: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público

	Saldo Inicial	Reforços		Regularizações	Saldo Final
		Exercício	Exercícios anteriores		
Município de Bragança	54.436.506,33	5.690.178,48	1.431.173,78	16.761,13	61.541.097,46
MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	1.236.289,36			1.236.289,36	0,00
Terra Fria Carnes, Lda.	1.051.608,09	24.074,38			1.075.682,47
Total do Grupo Público	56.724.403,78	5.714.252,86	1.431.173,78	1.253.050,49	62.616.779,93

Valores em euros

As *provisões para investimentos financeiros acumuladas do grupo público* apresentam no final do ano de 2014 o valor de 414.980,88 euros, incrementado no ano e consequência da desvalorização do capital que o Município detém na entidade participada Sociedade de Águas de Trás-os-Montes, S.A.

8 j) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 18: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços

Designação	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.	Total
Vendas	2.361.742,92	0,00	105.789,62	2.467.532,54
Prestação de serviços	3.220.835,35	0,00	158.497,22	3.379.332,57
TOTAL	5.582.578,27	0,00	264.286,84	5.846.865,11

Valores em euros

Detalhando as vendas líquidas expressas no quadro, as principais componentes são referentes à venda da água de abastecimento público no valor de 1.207.019,39 euros, eletricidade, com 1.110.121,80 euros e subprodutos originados pela atividade da empresa Terra Fria Carnes, Lda., com 105.789,62 euros.

No que concerne às prestações de serviços, os resíduos sólidos evidenciam a maior parcela de proveitos líquidos no valor de 1.460.646,88 euros. Dos restantes proveitos o valor que nos parece de evidenciar diz respeito às rendas e alugueres no valor de 860.134,02 euros e os serviços provenientes da atividade de abate de animais no valor de 158.497,22 euros.

8 m) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 19: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

	Remunerações a)			
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Terra Fria Carnes, Lda.	Total
Órgão executivo	176.369,91	0,00	0,00	176.369,91
Órgão de fiscalização	37.195,20	0,00	2.880,00	40.075,20
TOTAL	213.565,11	0,00	2.880,00	216.445,11

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

Valores em euros

8 p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

No exercício de 2014 foi especializada a componente anual a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis e Participação Variável no IRS. Considerando que no ano de 2013 a especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis incidiu unicamente sobre o mês de dezembro e não foi especializada a Participação variável no IRS, a conta de acréscimos de proveitos que consta no Balanço do ano de 2014 não é comparável com a do exercício anterior. As regularizações derivadas deste procedimento revelam igualmente um impacto no fundo patrimonial, resultados transitados no montante de 5.589.710,19€.



8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Quadro 20: Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	168.759,45	197.880,90	781	Juros obtidos	24.380,57	33.581,65
682	Perdas em entidades participadas	0,00		782	Ganhos em entidades participadas	282,68	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00		783	Rendimento de imóveis	1.795.393,33	1.829.374,73
684	Provisões para aplicações financeiras	2.000,00		784	Rendimentos de participações de capital	0,00	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00		785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	8.750,67	
688	Outros custos e perdas financeiras	21.317,74	28.416,85	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	14.101,90	49,88
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	24,07	
	Resultados financeiros	1.650.856,03	1.636.708,51			1.842.933,22	1.863.006,26
		1.842.933,22	1.863.006,26				

Valores em euros

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Quadro 21: Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	1.416.624,24	2.635.530,79	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	6.210,05	0,00
694	Perdas em imobilizações	18.817,27	369,37	794	Ganhos em imobilizações	34.812,29	50.565,91
695	Multas e penalidades	154,50	0,00	795	Benefícios e penalidades contratuais	46.707,73	34.765,01
696	Aumentos de amortizações e provisões	414.980,88	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	32.103,99
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	115.435,84	617.718,71	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	279.040,57	23.719,36
698	Outros custos e perdas extraordinários	168.289,13	25.710,41	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.023.395,29	1.907.760,04
	Resultados extraordinários	255.864,07	-1.230.414,97			2.390.165,93	2.048.914,31
		2.390.165,93	2.048.914,31				

Valores em euros

8 s) Movimentos ocorridos nas provisões

Quadro 22: Mapa da Provisões Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2014

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	327.418,87	109.395,26		436.814,13
292	Provisões para riscos e encargos	9.714.178,46	2.890.085,24		12.604.263,70
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros		414.980,88		414.980,88
TOTAL		10.041.597,33	3.414.461,38	0,00	13.456.058,71

Valores em euros

A conta de provisões para cobrança duvidosa, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respetivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2014 de 109.395,26 euros, perfazendo o valor acumulado de 436.814,13 euros, sendo uma parte relativa ao Município de Bragança (419.154,87 euros) e outra parte (17.659,26 euros) relativa risco de incobrabilidade de créditos sobre clientes da entidade participada Terra Fria Carnes, Lda..

As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2014 - sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes - o valor global considerado previsível é de 12.604.263,70 euros. Assim, no exercício de 2014 procedeu-se ao seu aumento na importância de 2.890.085,24 euros.

O Município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, aprovisionando a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à empresa Sociedade de Águas de Trás-os-Montes, S.A.. Como no ano de 2013 parte da dívida não reconhecida, no valor de 1.628.558,24€ se encontrava refletida em faturação em trânsito e conferência, no ano de 2014 a referida importância foi transferida para rubrica de provisões de riscos e encargos, razão pela qual, as provisões do exercício associadas a esta natureza só evidenciam o



valor de 1.261.527,00 euros.

As provisões para investimentos financeiros acumuladas do grupo público apresentam no final do ano de 2014 o valor de 414.980,88 euros, incrementado no ano de 2014.

9. Informações diversas

9 b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Seguidamente apresenta-se o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Quadro 23: Mapa da Dívida Bruta Consolidada

Dívida Bruta Consolidada		Saldo a 31/12/2014
Médio e longo prazo		6.893.686,86
Instituições Financeiras		5.493.889,26
Fornecedores de Imobilizado c/c		108.781,35
Outros Credores		1.291.016,25
Curto Prazo		4.366.132,72
Instituições Financeiras		1.033.530,75
Fornecedores c/c		474.747,95
Fornecedores - faturas em receção e conferência		662.471,33
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		13.103,28
Fornecedores de imobilizado c/c		587.290,48
Estado e outros entes públicos		215.436,35
Administração Autárquica		0,00
Outros credores		262.910,52
Credores de Cauções		1.116.642,06
TOTAL		11.259.819,58

Valores em euros

Certificação Legal das Contas Consolidadas
2014

[Handwritten signatures and initials]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Bragança**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de ativo líquido de 229.140.768,02 € e um total de fundos próprios de 135.201.153,39 €, incluindo um resultado líquido de 2.466.220,75 €), a Demonstração consolidada dos resultados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7.1. e 7.2. abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidados com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Foram verificadas as seguintes situações que constituíram reservas:

- 7.1. O processo de levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico encontra-se em desenvolvimento. Adicionalmente, encontram-se relevados em rubricas de imobilizado em curso e subsídios ao investimento valores de obras/comparticipações com elevada antiguidade. Desta forma, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período.
- 7.2. Encontra-se em fase de implementação pelo Município o sistema de contabilidade de custos, nos termos do referido pelo ponto 2.8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), razão pela qual não nos podemos pronunciar, e não nos pronunciamos, quanto aos seus eventuais efeitos.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1. e 7.2., as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição

financeira consolidada do **Município de Bragança** em 31 de dezembro de 2014 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor das Autarquias Locais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afetar as opiniões expressas nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 10.1. Conforme referido na nota 8 s), o Município instaurou ações judiciais no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." a reclamar a anulação de parte da faturação que considera indevida. Nestas circunstâncias, e até que seja proferida decisão judicial, releva uma provisão no valor de 3.104.727,30 € pelo valor contestado.
- 10.2. De acordo com o disposto no ponto 3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município deve obedecer ao princípio da especialização, isto é, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem. Deste modo, conforme referido na nota 8 p) do Anexo, procedeu-se de forma adequada à relevação contabilística da estimativa dos valores a receber de Imposto Municipal sobre Imóveis e participação no IRS referentes ao ano em análise.

Viseu, 22 de junho de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282

Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de
Contas

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**Exmo. Órgão Deliberativo do
Município de Bragança**

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1.** A partir da data de nomeação, acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2.** Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Bragança, como entidade consolidante de harmonia com o estabelecido na Lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.
- 1.3.** Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.
- 1.4.** Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidados e o respetivo Anexo foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita às reservas constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas.
- 1.5.** Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, exceto quanto aos potenciais efeitos das reservas apresentadas na Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e, bem assim, os resultados consolidados apurados no exercício findo na mesma data.



2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, apreciar as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2014, com as reservas e as ênfases apresentadas na Certificação Legal das Contas Consolidadas.

Viseu, 22 de junho de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492